

INVENTANDO A "MULHER PAULISTA": POLÍTICA, REBELIÃO E A GENERIFICAÇÃO DAS IDENTIDADES REGIONAIS BRASILEIRAS

Barbara Weinstein

Tradução: Martina Sayer

Resumo: As historiadoras feministas acostumaram-se à ausência ou omissão das mulheres como agentes nas narrativas dominantes de episódios dramáticos ou momentos históricos decisivos da vida dos países. Há várias explicações para essa ausência: é possível que as mulheres fossem realmente excluídas da participação, ou seus papéis eram ocultados pelas vozes masculinas dominantes, seja de forma consciente para minimizar a importância das mulheres, seja porque os papéis típicos das mulheres tendem a ser feminizados e, por isso, marginalizados da história. Como deve a historiadora feminista lidar com estes relatos? Foi precisamente o caso e o dilema estudado neste artigo. O episódio analisado é a participação da Mulher Paulista na Revolução Constitucionalista de 1932. O vasto material de campanha e jomais analisados ressaltam a presença feminina na revolta e este artigo tenta responder a duas questões: Por que os homens falam tanto das mulheres? Tal participação teve implicações na vida delas?

Palavras-chave: feminismo; participação feminina; Revolução Paulista de 1932

Ao estudarem os principais acontecimentos políticos, as historiadoras feministas acostumaram-se à ausência ou omissão das mulheres como agentes nas narrativas dominantes de episódios dramáticos ou momentos históricos decisivos. Há várias explicações para essa ausência: é possível que as mulheres fossem realmente excluídas da participação, ou mais provavelmente, seus papéis eram ocultados pelas vozes masculinas dominantes, seja de forma consciente para minimizar a importância das mulheres, seja porque os papéis típicos das mulheres tendem a ser feminizados e, por isso, marginalizados.¹ Em ambos os casos, o estudante de história política prati-

camente espera essa invisibilidade, e grande parte da pesquisa inicial no campo dos estudos de mulheres centrou-se exatamente na tentativa de tornar as mulheres mais visíveis nas narrativas políticas. Como se sabe, esse esforço produziu resultados mistos: a percepção generalizada das limitações da abordagem de "tomar as mulheres visíveis" até ajudou na transição de estudos de mulheres para estudos de gênero.² Afinal, as mulheres podem muito bem estar ausentes fisicamente ou ter papel marginal nos grandes momentos históricos, mas o gênero está sempre conosco, mesmo quando não há uma mulher por perto.

Além disso, uma vez transferido o enfoque de "mulheres" para "gênero", fica cada vez mais patente que o próprio processo de recuperação da participação das mulheres, em movimentos políticos passados, deixa aberta a questão de como essa participação pôde, repetida e eficientemente, ser descrita como apolítica ou excepcional, de modo que as mulheres continuassem a ser consideradas alheias à política e à esfera pública, apesar do seu evidente engajamento político. Se a mobilização de mulheres é para fins revolucionários, como no fim do século XVIII em Paris, ou por causa de objetivos fascistas, como na Itália de Mussolini, o significado dessa mobilização só poderá ser compreendido no âmbito dos discursos políticos generificados daquela época política específica, ou seja, dentro do seu contexto.³ A mera presença de mulheres não pode, assim, ser considerada prova evidente da sua inclusão enquanto atores políticos.

Como deve a historiadora feminista lidar com os relatos – quase todos feitos por homens – dos principais episódios políticos, em que o papel desempenhado pelas mulheres no movimento é sempre e insistentemente colocado em primeiro plano? Eis precisamente o caso e o dilema a ser analisado neste artigo. Em meados de 1931, começou um crescente movimento regionalista no estado de São Paulo, chefiado pelas elites políticas locais, contra o regime Vargas recém-instalado. Na sequência da Revolução de 1930, realizada quase sem derramamento de sangue, Getúlio Vargas assumiu poderes ditatoriais e começou a dismantelar o sistema político descentralizado da Primeira República (1889-1930), dominado política e economicamente pelo estado de São Paulo. A partir de 1932, foram organizadas grandes manifestações em todo o estado para protestar contra o que era descrito como tratamento arrogante e abusivo de Vargas para com o centro econômico e político mais importante do país, e para exigir a restauração do regime "constitucional". Finalmente, em julho de 1932, São Paulo insurgiu-se contra o governo federal, iniciando a fase armada da Revolução Constitucionalista, encerrada três meses depois com a derrota de São Paulo pelas forças federais.⁴

Uma das vantagens de estudar esta breve rebelião é a grande quantidade de material impresso e visual que gerou. Antes, durante e após a guerra foram publicadas dezenas de crônicas narrando os acontecimentos-chave e celebrando seus ilustres participantes. O governo "revolucionário", de curta duração, produziu quantidades maciças de propaganda pró-constituente, de cartazes a selos comemorativos ou

pôsteres de alistamento. Os periódicos paulistas também foram muito ativos – pelo menos meia dúzia dos maiores jornais diários e muitos mais dos menores recontaram todos os pormenores dos eventos desse período. Assim, o historiador conta com uma ampla base de provas para examinar as representações contemporâneas do movimento. Com efeito, foi a natureza prioritariamente elitista desse movimento “revolucionário”, o qual se declarou defensor da hierarquia e da ordem ante o caos e a anarquia da ditadura, que garantiu a produção de uma quantidade espantosa de material escrito e visual.

Mais uma vez, aqueles acostumados à omissão das mulheres nessas narrativas e crônicas ficarão imediatamente impressionados, ou mesmo maravilhados, ante a frequência com que o papel das mulheres na revolução é enfatizado e afirmado. Quando o décimo ou décimo quinto livro mencionou a coragem e as contribuições extraordinárias da Mulher Paulista, até comecei a ficar desconfiada. Parecia absolutamente estranho que homens fizessem tanto estardalhaço anormal sobre o papel das mulheres.⁵ Por isso, tentarei responder a duas questões conexas neste artigo. Primeira: Por que é que estes homens falam tanto das mulheres? Segunda: Como falam sobre as mulheres e que implicações isto teve para uma maior participação das mulheres na vida pública e política? Esta segunda questão também me permite repensar uma hipótese comum na literatura sobre gênero e mudanças sociais, postulando que esses momentos de intensa mobilização política (como guerras, revoluções, resistência coletiva) geram oportunidades para redefinir o papel das mulheres e analisar se esse realmente foi o caso na Revolução de 1932.⁶

Antes de abordar estas questões relacionadas com o nível de representação, quero, contudo, assinalar que as mulheres, em especial as mulheres das classes média e alta de São Paulo, realmente foram muito ativas na campanha constitucionalista. Segundo um dos principais participantes da revolução, “Pela primeira vez no Brasil, as mulheres de sociedade conspiravam à luz do sol [...]”.⁷ Mulheres escreviam e assinavam petições, faziam pronunciamentos na rádio, coletavam roupas e verbas para as tropas, trabalhavam na confecção de roupas e agasalhos, em fábricas e cozinhas de emergência destinadas aos soldados em trânsito, dirigiam hospitais e agências para cuidar de lares em que os chefes de família tinham sido mobilizados para a guerra, cuidavam dos feridos e ofereciam apoio moral às tropas paulistas de inúmeras maneiras. E após a derrota da revolução, as mulheres desempenharam um papel central na angariação de fundos para sustentar os que foram forçados ao exílio e os que a guerra deixou permanentemente inválidos. Nas comunidades de imigrantes, como a japonesa e a sírio-libanesa, os primeiros “clubes de mulheres” foram fundados em 1932 com o objetivo único de costurar uniformes para a tropa.⁸ A impressionante presença física das mulheres no movimento foi particularmente surpreendente no contexto brasileiro, no qual as “revoluções” anteriores (como a de 1930 ou a derrubada da monarquia em 1889) foram assuntos militares, resolvidos com diligência e quase sem participação popular direta e muito menos com uma presença feminina ostensiva.⁹ Poderá então parecer que haja uma explicação óbvia

para toda essa atenção dada em profusão à participação das mulheres: elas realmente eram mais visíveis nesse movimento que nos outros. Por dois motivos eu, no entanto, lançaria uma nota de cautela no que diz respeito a essa conclusão fácil: primeiro, eu defenderia que as representações de movimentos políticos não correspondem a acontecimentos "reais" de forma direta ou previsível. Segundo, e talvez mais importante ainda, também argumentaria que na revolução havia uma clara inter-relação entre a forma como o movimento era representado, sua construção generificada da identidade regional e da modernidade, bem como os muitos espaços criados para a participação das mulheres – especialmente mulheres de certa classe social. Em outras palavras, a participação das mulheres foi tanto efeito como causa das representações generificadas do movimento.

Desde o início da campanha constitucionalista, os políticos deliberadamente destacaram o papel das "damas paulistas". Nos seus primeiros ataques ao regime Vargas, Paulo Duarte estabelece a gênese da campanha em duas petições com duas mil assinaturas, enviadas por mulheres paulistas da alta sociedade a Getúlio Vargas. Na petição protestavam contra a imposição de administradores de fora e lançavam um apelo ao presidente, pedindo para manter um general-de-exército popular no comando das tropas estacionadas em São Paulo, e assim, assegurar a integridade dos lares paulistas.¹⁰ Logo, não era um movimento político incipiente precisando de todo e qualquer apoio ao seu alcance. Desde o início, as mulheres desempenharam e foram tratadas desempenhando um papel vital na definição da natureza da "causa paulista".

Eu ainda argumentaria que isso reflete o desejo e mesmo a necessidade de apresentar o movimento primordialmente como campanha moral e não como campanha política. A acusação mais óbvia e prejudicial que pudesse ser lançada contra o movimento constitucionalista era a de ser uma mera campanha restauradora, cuja meta era ressuscitar o regime republicano, totalmente desacreditado, vigente antes de 1930. Nesse contexto, tanto os membros expulsos do Partido Republicano Paulista (PRP), ex-partido governante, quanto os membros do Partido Democrático de São Paulo (PD), antigos apoiantes de Vargas que agora clamavam traição, tinham de evitar qualquer sinal que denotasse a organização de uma campanha motivada por interesses políticos.¹¹ Isso levou ao uso freqüente de metáforas da família para simbolizar o amplo apoio popular ao movimento, e em particular, reivindicar que até mesmo a Mulher Paulista estava disposta a deixar o seu lar e entrar na arena pública para manifestar sua oposição moral à redução de São Paulo a um território conquistado.¹² Sem dúvida, essa estratégia argumentativa dependia da visão de gênero clássica da política e da esfera pública como masculina, de modo que a simples presença de mulheres no movimento já atestava seu caráter moral e, portanto, apolítico.

Não apenas o regionalismo era generificado nesse contexto, mas o próprio gênero era regionalizado (e diria eu com conotações raciais). Representações da Mulher Paulista (A Mulher Paulista – expressão cuja inferência arquetípica foi reforça-

da pelo uso atípico de letras maiúsculas na linguagem romanceada) não se apoiavam apenas em imagens da mulher moral por natureza e distante do tumulto da vida pública, mas descreviam-na como mulher de fibra excepcional em consequência das tradições regionais de longa data. Foram, em especial, os jornalistas e cronistas paulistas que criaram uma imagem da mulher paulista baseada na saga dos bandeirantes, a "narrativa-mestre do *discent*"¹³ de São Paulo amplamente reconhecida para citar uma frase de Prasenjit Duara (1996, p. 151-174). Com o extraordinário crescimento econômico no último trimestre do século XIX, a saga dos bandeirantes tornou-se um dos principais elementos formadores que explicam o caráter "especial" de São Paulo e o espírito excepcionalmente empreendedor do paulista, em contraste com as supostas tradições feudais debilitantes do resto do Brasil.

As mulheres não participavam das Bandeiras, mas a organização da vida econômica na São Paulo colonial inevitavelmente implicava sua responsabilidade pelo lar e que ficariam sozinhas sem a companhia masculina do chefe da família por longos períodos. Por essa razão, a Mulher Bandeirante teve de se tornar uma mulher mais forte e autoconfiante que as mulheres – principalmente as da elite – de outras regiões do Brasil.¹⁴ A figura que emerge desses relatos é uma mulher de força moral e independência fora do comum. Sua beleza é a de natureza austera – e consequentemente, branca e europeia – em comparação com a mulher manifestamente mais decorativa e sensual – e talvez menos branca – do resto do Brasil. Apesar de ser forte e independente, ela também tem laços profundos com o lar e a família, pouco inclinada a se mostrar em público como mulheres mais frívolas podem tender a fazer.¹⁵

Na construção histórica da Mulher Paulista no período colonial também são destacados episódios em que mulheres individuais pegaram em armas e entraram na guerra para proteger a santidade do seu lar. Ela, às vezes, é explicitamente comparada à Mulher Espartana, o padrão de força e estoicismo femininos. Diversas fontes narram um episódio do início do século XVIII (provavelmente apócrifo) em que mulheres paulistas barraram seus maridos e filhos que retornavam de uma derrota, impedindo-os de entrar em casa e, consequentemente, forçando-os a voltar envergonhados ao combate.¹⁶ Esse tema tornou-se particularmente popular e útil na fase do movimento constitucionalista, no qual houve alistamento militar. Em um dos discursos públicos mais famosos da época, o célebre orador Ibrahim Nobre exaltou a força, o brio e a abnegação da Mulher Paulista, concluindo sua peroração com a seguinte pergunta "E então, homens?".¹⁷ Em outras palavras, a força da Mulher Paulista era uma ferramenta útil para compelir os paulistas relutantes a pegarem em armas. E dadas as qualidades excepcionais, quase masculinas, da Mulher Paulista, era apenas no combate que os homens podiam realmente destacar-se como sexo mais forte.

Dessa maneira, a construção histórica da Mulher Paulista teve para a maioria dos cronistas um efeito de imensa satisfação – reforçar sua representação no movimento constitucionalista como campanha moral e cívica, em vez de "política" ou

partidária, sem questionar as associações tradicionais da mulher paulista com o lar, a família e a esfera privada. Ademais, a identificação das participantes como A Mulher Paulista conferiu à sua presença na campanha uma anonimidade consoladora. Enquanto as identidades de homens individuais são freqüentemente ressaltadas nos relatos dessa época, seja graças aos seus papéis cruciais na administração regional, seja graças à sua presença em comícios decisivos ou à sua coragem nas trincheiras, as contribuições das mulheres são, em geral, resumidas na categoria da Mulher Paulista. Apenas mulheres extraordinárias são citadas pelo nome nas crônicas.

A figura da Mulher Paulista não era de maneira alguma apenas atraente para os homens. As poucas mulheres reconhecidas como personagens proeminentes no movimento muitas vezes tentaram descrever a sua participação segundo os parâmetros da feminilidade paulista idealizada. Olívia Guedes Penteado, proveniente de uma das famílias mais ilustres de São Paulo, constitui um excelente exemplo. Ela fez um pronunciamento célebre na rádio, no qual lançou um apelo às "mulheres do Brasil", pedindo seu apoio à revolta regional. Olívia começou seu discurso explicando/justificando seu ativismo da seguinte forma: "Nunca tomei a palavra em público, minhas senhoras. Nunca pensei em fazer-me ouvir por quem é que fosse, fóra do círculo íntimo em que vivo, como simples mãe de família [...]"¹⁸

Na sua intervenção não há resquício algum de uma mulher que se manifesta na qualidade de cidadã brasileira ou tenta defender seus direitos políticos, seja individuais seja coletivos, apesar da promulgação recente de um decreto-lei instituindo o sufrágio feminino, e da presença crescente da mulher de classe média na força de trabalho paulista.¹⁹ Tal é ainda mais espantoso no caso de Olívia Guedes Penteado, visto que ela obviamente não era uma "simples mãe de família" antes da revolução de 1932. Ao contrário, ela já era bastante renomada pelo seu patrocínio aos artistas modernistas de vanguarda e pelo seu salão que atraía as principais personalidades da cultura.²⁰ No seu caso, ela, sem dúvida, aproveitou a identidade da Mulher Paulista para tornar o caráter "público" (isto é, político) das suas atividades mais palatável a observadores masculinos e femininos e, possivelmente, até para ela mesma.

Todavia, à medida que a campanha se intensificava, a categoria Mulher Paulista começou a funcionar de formas talvez nem sempre previstas pelos que no início a exaltaram como personificação da virtude feminina. Ao mesmo tempo que a figura da Mulher Paulista ajudava a obscurecer os papéis cruciais desempenhados por mulheres individuais, também serviu para que mulheres com uma reivindicação menos "natural" à participação da esfera pública, do que uma personalidade privilegiada como Olívia Guedes Penteado, fossem capacitadas, ou até autorizadas a fazê-lo.²¹ Ao discursarem em comícios ou programas de rádio, as mulheres assumiam a identidade da Mulher Paulista. Ao falarem diante de uma multidão em um cenário mais local, isto é, em uma cidade do interior (por exemplo, Franca), se pronunciavam em nome da Mulher Francana.²² Tornou-se prática cada vez mais comum a mulher, depois de despedir-se do marido que partia para a frente de batalha, alegar que não escrevia como esposa ao marido, e sim como a Mulher Paulista para seu Bandeirante

Bravo.²³ Outra mulher terminou seu pronunciamento na rádio com a seguinte declaração "Eu sou a Mulher Paulista!", usando a natureza arquetípica dessa imagem de forma consciente para legitimar sua fala, mas também para declarar-se parte de uma coletividade que transcende suas inclinações individuais. Mesmo uma educadora famosa como Maria Antonieta de Castro, encorajando as tropas pela rádio, iniciou seu discurso com as seguintes palavras: "Jovens valorosos que partis. Attende! É a Mulher Paulista que vos fala."²⁴ A Mulher Paulista, efetivamente, tomou-se uma identidade que permitiu às mulheres reivindicar uma voz, exercer autoridade moral e celebrar seu próprio heroísmo no seio do movimento, sem se expor a críticas por transgredirem os papéis de gênero tradicionais ou abandonarem suas obrigações familiares.

Nesse sentido, é esclarecedor comparar a enorme popularidade da Mulher Paulista com a disseminação restrita da alegoria feminina da república, a Marianne, no Brasil. José Murilo de Carvalho observa que os republicanos brasileiros não tiveram muito êxito no uso da Marianne, a imagem central da Revolução Francesa, para propagar uma cultura visual republicana no Brasil. Ele sustenta que Marianne, como símbolo, tinha pouca ressonância entre os brasileiros por causa da participação extremamente limitada das mulheres na derrubada da monarquia, em confronto com sua participação ativa nas batalhas da Revolução Francesa. No Brasil, ele alega, o significante estava muito distante do significado.²⁵ À primeira vista, o emprego bem-sucedido da Mulher Paulista parece, pois, confirmar sua tese e poderíamos concluir que essa figura arquetípica entrou no imaginário popular em virtude da participação de grande número de mulheres na Campanha Constitucionalista. Todavia, conforme constatei acima, esse tipo de explicação parece inadequado, dadas as suas hipóteses simplistas acerca da relação entre a figura feminina alegórica e a mulher histórica real. Enfim, até Murilo de Carvalho reconhece que Marianne em vez de personificar o papel das mulheres na Revolução Francesa, serviu mais para obscurecê-lo. Tanto no famoso quadro de Delacroix como na escultura iconográfica de Rudé, Marianne – uma mulher realmente irreal – conduz somente homens à batalha.

Em comparação à introdução fracassada de Marianne no Brasil republicano, a Mulher Paulista parece ter sido uma figura de sucesso impressionante na Campanha Constitucionalista, precisamente por não simbolizar um ícone abstrato e estrangeiro ou uma representação realista de revolucionárias reais, e sim simbolizar uma imagem coletiva da feminilidade paulista, dotada de *pedigree* histórico-regional e com ressonância cultural no seio da comunidade regional numa época em que a maior presença das mulheres na força de trabalho e na esfera política gerava bastante debate e ansiedade.²⁶ Quanto à relação entre as atividades das mulheres reais e o sucesso deste arquétipo, também defenderia que a noção de causa e efeito de Murilo de Carvalho é redutora demais. Pelo menos no caso de São Paulo, a figura da Mulher Paulista *permitiu* às mulheres, especialmente às mulheres "respeitáveis", participarem abertamente da vida pública, mesmo que fosse apenas de forma limitada. Não foi a sua presença pública que inspirou a construção da Mulher Paulista.

A melhor demonstração das ambigüidades da figura da Mulher Paulista talvez seja a dedicatória e a epígrafe de abertura do relato de J. Rodrigues de 1933 sobre a participação das mulheres na Campanha Constitucionalista. Previsivelmente, ele dedica este livro à Mulher Paulista: "Esse Anjo, essa companheira, essa maravilha que na sua simplicidade e beleza se transforma de um momento para outro, em altiva e heroica, em sublime e quasi divina, fazendo-se *toda para todos*, é a MULHER PAULISTA."

Trata-se, nitidamente, de uma celebração das virtudes tradicionais da Mulher Paulista: embora fosse capaz de se transformar subitamente em uma figura corajosa e heróica, ela tão rapidamente podia voltar ao seu estado normativo de simples e belo "anjo do lar". A epígrafe, um comentário do interventor imposto por Vargas a São Paulo após a derrota da Revolução de 1932, é, porém, um pouco menos compatível com os papéis de gênero tradicionais: "Basta doze mulheres de São Paulo para abalar o Brasil."²⁷ Em suma, apesar de a figura da Mulher Paulista ter sido construída de modo a reafirmar a separação convencional entre as esferas pública e privada e reforçar a imagem da mulher alienada do mundo da política, nem sempre funcionou nesse sentido, uma vez que se tornou a principal estratégia no discurso de mobilização das mulheres.

*

Uma importante fonte para a ambigüidade na imagem construída da Mulher Paulista era a tensão existente entre a noção de ela ser a personificação feminina da "tradição" paulista/bandeirante e a ênfase crescente dada à Mulher Paulista como emblema da "modernidade" de São Paulo. Um dos principais elementos utilizados por constitucionalistas de todas as cores para justificar as pretensões de São Paulo a sua posição hegemônica no seio da nação brasileira era a maior modernidade, a civilização mais avançada da região (os termos eram utilizados como intercambiáveis) em comparação às outras regiões do Brasil. Gostaria de enfatizar que não pretendo definir modernidade como antítese da tradição, ao contrário, defenderia que a narrativa teológica do progresso, sobre a qual normalmente assentam as noções de modernidade, inevitavelmente estabelece alguma continuidade entre virtudes tradicionais e valores modernos. De fato, havia sobreposições consideráveis entre a imagem da Mulher Paulista tradicional e a Mulher Paulista moderna. Ambas eram mais autoconfiantes e conscientes dos deveres cívicos que as brasileiras de outras regiões; ambas evitavam comportamentos frívolos, preferindo atividades mais úteis, e ambas eram menos propensas a ficarem fechadas ou afastadas do mundo "real".²⁸

Simultaneamente gostaria de sustentar que ao posicionar a Mulher Paulista como insignia da modernidade de São Paulo, levava-se ao extremo o discurso que pretendia confinar a participação pública das mulheres às delimitações de gênero convencionais. Apenas alguns meses antes da eclosão da guerra civil total, Sertório de Castro, um membro proeminente do PRP, redigiu a seguinte declaração:²⁹ "Declaro sinceramente que nunca senti qualquer entusiasmo no que diz respeito a uma

reforma eleitoral que tivesse por objetivo incluir a mulher brasileira no turbulento mundo das nossas atividades políticas." ³⁰

Durante o período mais intenso da campanha constitucionalista, tornou-se, no entanto, progressivamente mais impolítico afirmar que as mulheres não pertencem, em hipótese alguma, à esfera política, como também ficou cada vez mais difícil manter a participação das mulheres no movimento dentro de limites "aceitáveis", seja discursivos ou outros. Ademais, a maneira de retratar a Mulher Paulista também mudou, à medida que o discurso constitucionalista enfocava, cada vez mais, a representação da modernidade superior de São Paulo e o caráter ordeiro e cívico da sua população, especialmente se comparado com as zonas mais pobres e mais "atrasadas" do Norte do Brasil. Enquanto no fim do século XIX, os discursos dominantes sobre civilização e superioridade cultural destacavam a diferença extrema entre os papéis de gênero nas sociedades "avançadas", nos anos 1920, a modernidade ficou mais associada com a convergência, às vezes assustadora, dos papéis de gênero, quer no âmbito do emprego, quer na educação das crianças, quer na aparência física. ³¹ Nesse contexto, era possível reconfigurar a imagem tradicional da Mulher Paulista, com força quase masculina e coragem viril, para demonstrar que ela de fato era a mulher moderna.

Igualmente defenderia que, conforme a campanha ganhava força e o discurso público em São Paulo ganhava contornos declaradamente raciais, a idéia de mulheres brancas da classe média participarem na esfera política formal tornou-se mais e mais atraente. À proporção que os habitantes mais escuros e, supostamente, degenerados do Nordeste e de outras regiões "atrasadas" do Brasil se tomaram o inimigo explícito da causa paulista, a questão da raça de fato superou a do gênero como fonte de ansiedade. Nesse contexto, o paulista comum provavelmente considerava uma mulher instruída da classe média de São Paulo mais apta à plena cidadania brasileira que o típico "jagunço" do sertão nordestino, e isso não apenas em razão da sua maior devoção à *causa paulista*. ³²

*

Tendo esboçado alguns dos significados políticos atribuídos à Mulher Paulista, e mostrado os vários objetivos representativos aos quais ela serviu, pretendo analisar na parte restante do artigo, como uma série de fontes paulistas realçou o heroísmo e a abnegação da Mulher Paulista, louvando sua virtude cívica como sinal de modernidade, mas ao mesmo tempo tentou interpretar a participação feminina na Campanha Constitucionalista de maneiras que limitassem seu potencial de subverter as hierarquias de gênero existentes. Também analisarei, brevemente, o que esses esforços, não totalmente bem-sucedidos, significaram para a participação feminina na esfera pública após a Revolução de 1932.

Começando no nível mais fundamental, vários autores tiveram de reimaginar São Paulo politicamente, à medida que a presença de mulheres nos espaços públicos

se tornava mais provável. Obviamente, não é preciso dizer que a presença física de "mulheres" em público não era novidade. Mulheres plebéias, mulheres da classe trabalhadora, mulheres de cor geralmente não usufruíam o privilégio de poder escolher se queriam ou não aparecer em público.³³ Porém, em termos políticos formais, essas mulheres podiam facilmente ser tornadas invisíveis ou irrelevantes. A título de comparação, a mobilização das mulheres da classe média e da elite e sua crescente disposição de aparecer em público eram um desafio bem maior, em especial, se considerarmos que era do interesse das lideranças colocar a participação feminina em primeiro plano.³⁴ O objetivo de muitos desses relatos era precisamente o de sublinhar o caráter extraordinário e circunscrito da presença feminina na esfera pública, com a clara implicação de que, uma vez terminada a Campanha Constitucionalista, as mulheres regressariam ao seu lugar habitual na esfera privada, doméstica.

Uma das tentativas mais interessantes e reveladoras de "gerir" a presença feminina por meio de discursos pode ser encontrada em *Guerra cívica*, a crônica de dois volumes escrita por Paulo Nogueira Filho, que se autodenominou um "burguês progressivo". O volume dois inclui descrições de dois megacomícios, demonstrando enorme apoio, em particular entre paulistas da classe média, à tomada do poder no governo estadual pela liderança Constitucionalista. Primeiro ele retrata a passeata histórica, realizada em 13 de maio de 1932, durante a qual os manifestantes marcharam pelo centro da cidade. Em "Sou uma câmera", ele descreve: "O cortejo é imenso: as sacadas estão repletas de senhoras que aplaudem os *slogans* populares." Essa imagem poderia ser considerada a representação "ideal" dos papéis de gênero no movimento, visto que reserva o espaço físico da esfera pública aos homens. A presença das mulheres é salientada, mas elas são posicionadas simultaneamente como estando em público e não sendo pessoas públicas, pois as sacadas permitem, de um lado, sua presença física e seu apoio emocional; e do outro, as colocam dentro de um espaço protegido, semiprivado. Por isso, é significativo que na descrição da passeata culminante de 23 de maio, Nogueira Filho tenha notado um "número surpreendente de senhoras e moças de todas as idades e categorias sociais" que realmente estavam nas ruas, o que inicialmente produziu nele uma espécie de dissonância cognitiva. Mas na seqüência ele continua:

Dir-se-ia que desceram para o meio do campo de luta, saindo das trincheiras em que, nos prédios melhor resguardadas, participaram das manifestações anteriores do autonomismo. Não era bem isso, pois as sacadas continuavam transbordantes. A verdade é que, desta feita, as famílias vieram em massa – pais, mães, filhas e filhos – para a demonstração de que não mais se feririam impunemente os bríos do povo bandeirante.

Nessa ocasião, mulheres e moças entraram fisicamente no espaço público, mas sua presença era aceitável por virem na qualidade de membros de famílias supostamente respeitáveis e acompanhadas de parentes masculinos. Há, todavia, pelo menos um detalhe na exposição de Nogueira Filho que mina sua generificação da esfera pública, de resto coerente e convencional: ao notar que a multidão se

tornava sucessivamente mais emocional, ele observa que até se viam algumas "moças abrirem a bolsa para sacar revólver. Quantas não atiraram e remuniaram sua arma à vista de todos!"³⁵. É essa a imagem surpreendente a cuja inclusão um jornalista experiente como Nogueira Filho não pôde resistir, ainda que ela não pudesse ser absorvida sem problemas nem pelo tema "senhoras nas varandas" nem pelo tema "família inteira adere ao protesto". Em vez disso, nos permite vislumbrar algo raro: como um momento revolucionário permitiu a mulheres supostamente "respeitáveis" transcenderem, de forma um tanto dramática, os códigos de gênero normais da conduta pública.

A julgar pelas incontáveis evidências fotográficas desse período, as mulheres começaram a participar regularmente de comícios políticos e cerimônias públicas, freqüentemente com muito entusiasmo ou mesmo êxtase, o que parece denotar o desejo de apagar o caráter genericado dos espaços públicos.³⁶ Mas os fotógrafos também revelam as diversas estratégias empregadas pelas mulheres de classe média e elite para caracterizar essas aparições públicas como comportamento excepcional ou pouco habitual que às vezes assumia a forma de trajar "uniformes". Quando o governo Constitucionalista distribuiu bonés, permitindo ao seu portador(a) identificar-se como simpatizante, um porta-voz notou que as mulheres começaram a usá-los avidamente em público — bem mais que os homens.³⁷ Enquanto poderíamos simplesmente constatar que isso indicava a admiração generalizada das mulheres pelo movimento, eu especularia que o vestir desse uniforme parcial conferiu uma legitimidade desejada (através do caráter excepcional) às aparições das mulheres na arena pública.

Já as mulheres de classe média e elite, que começaram a confeccionar uniformes para a tropa nas oficinas de costura, tendiam a seguir o que parece, à primeira vista, a estratégia oposta: a julgar pelas fotos, elas trajavam de propósito roupas que as destacavam como estranhas nesse ambiente industrial. Ao olhar para uma foto típica dessas mulheres no local de trabalho, ninguém as confundiria com mulheres proletárias cujo cotidiano exigia labuta suada nas fábricas de corte e costura.³⁸ Dado que os vestidos e as jóias bastante formais usados por essas voluntárias deviam ser bastante incômodos para trabalhar, parece razoável pressupor que a decisão de se vestir dessa maneira foi até certo grau intencional. Outra vez mais, podemos achar que se trata de estratégia oposta ao uso sôfrego dos bonés constitucionalistas — eu tenho, porém, outra teoria. Tanto o uso dos bonés como os trajes exagerados serviram, em contextos diferentes, para identificá-las como mulheres "respeitáveis". Mulheres que, no primeiro caso, normalmente nem apareceriam em espaços públicos e nunca de forma frívola; no segundo caso, deviam dar a idéia de apenas estarem "visitando" a fábrica.³⁹ Em ambos os casos, encontramos elementos de um "baile de máscaras" que permitiram às mulheres constitucionalistas assumir papéis insólitos sem desafiar diretamente as normas de classe e gênero.

A ambivalência revelada por homens e mulheres no tocante à presença feminina na esfera pública também fica patente nas referências freqüentes ao heroísmo,

patriotismo e auto-sacrifício das mulheres. Conforme indicado acima, a força moral e o *civismo* da Mulher Paulista foram um elemento decisivo na construção da identidade paulista durante o Movimento Constitucionalista. As metáforas da família eram igualmente onipresentes nas controvérsias públicas. Um típico boletim paulista dirigido aos cariocas insistiu que "A alma de São Paulo, em tudo quanto tem de elevado e nobre, materializada na sua família inteira, em suas mulheres, em seus homens, na sua mocidade [...]"⁴⁰. Outra vez os organizadores do movimento recorreram à bravura e força moral femininas como meio de instigar os homens a aderirem à luta, pois era a única maneira de superar a coragem e a abnegação da Mulher Paulista. De fato, até havia algumas histórias sobre mulheres pedindo autorização para vestir uniforme e combater ao lado dos homens ou de soldados, as quais, ao serem feridas, eram reveladas mulheres disfarçadas de homem, ou então, o caso de uma civil que numa situação de grande emergência pegou em armas e lutou "como homem".⁴¹

Mais comum eram, porém, relatos de mães e esposas heróicas dispostas a fazer o que era considerado *seu* sacrifício supremo – incitar seus filhos e maridos amados a arriscarem suas vidas no campo de batalha, ou aceitar estoicamente suas mortes. Jornais e programas de rádio repetidamente citaram o exemplo de Malvina Sampaio Melo, de Piracicaba, cujo filho Ennes faleceu em combate. Pouco antes de o caixão ser fechado, Malvina supostamente segurou as mãos gélidas do seu filho nas suas e declarou: "Vae filho querido; que todas as mães piracicabanas tenham coragem, assim como eu! Diante da pátria não se chora!".⁴² Mais uma vez vemos traços da mulher espartana, idealizada no retrato da Mulher Paulista. Em vez da mãe sofredora, prostrada e banhada em lágrimas, ela é mostrada com estoicismo, aceitando o sacrifício do filho. Além do mais, boletim após boletim, declarou que é preferível perder um filho na guerra do que ter a família desonrada pela covardia.⁴³

A outra face dessa "masculinização" da Mulher Paulista foi a ansiedade flagrante e bastante difundida com relação à virilidade do paulista. A terrível perspectiva de que a prosperidade e o luxo tinham corroído o legado varonil dos bandeirantes era um tema recorrente nas crônicas e notícias dos jornais – um "medo" expressado pelos próprios paulistas bem como um escárnio lançado contra eles pelos de fora.⁴⁴ O próprio território de São Paulo tornou-se generificado nesse processo, o estado sendo representado como conquistado, humilhado, forçado à submissão. Uma das imagens mais populares que circularam nesse período mostrava o mapa de São Paulo em forma de cabeça de uma mulher muito branca de traços europeus. Aqueles que clamavam por ações enérgicas contra a ditadura de Vargas dramatizavam, por isso, da forma mais lúgubre possível, tanto as terríveis humilhações infligidas a São Paulo, como a oportunidade de demonstrar que o ímpeto de São Paulo não fora enfraquecido pelo dinheiro ou pela modernidade. Um relato da decisão do Partido Democrático de fazer oposição aberta ao regime Vargas (uma reversão da sua posição quando da Revolução de 1930) coloca em primeiro plano o impacto de um poema escrito por um cearense, endereçado aos paulistas, que descreve a atual mortificação de São Paulo imposta pela ditadura e indaga se no estado ainda restava

algo do espírito bravo e corajoso do bandeirante.⁴⁵ Por ocasião de um comício-chave realizado antes da guerra, Roberto Moreira, um dos líderes do Partido Republicano Paulista, usou a metáfora do aço para descrever o caráter regional e declarou: "Enganam-se os que o supõem embotado ou corroído pela ferrugem da opulência." No mesmo comício, Waldemar Ferreira do PD usou o imaginário generificado de forma ainda mais ostensiva (e até bizarra) para descrever o governo central como um punhado de eunucos que conseguiram apoderar-se do "harém" [Brasil], inclusive da "favorita" [São Paulo], para então descobrir que não sabia o que fazer com ela.⁴⁶ Em outras palavras, apenas a impotência do regime Vargas impedia a "violação" de São Paulo.

Como era previsível, a experiência da guerra tornou-se a prova de fogo do verdadeiro valor do paulista. Vários relatos da frente de batalha sublinham a metamorfose sofrida por almofadinhas da alta sociedade, acostumados com folias até altas horas da noite, regadas a vinho e cocaína, que se transformaram em soldados valentes dispostos a sacrificar sua vida, tornando-se herdeiros à altura do legado dos bandeirantes.⁴⁷ Uma implicação freqüente era que a "guerra cívica" era necessária, não apenas para restabelecer o estado de direito no Brasil, mas para purificar São Paulo e recuperar as virtudes masculinas do povo bandeirante. Enquanto o campo de batalha continuava sendo um recinto predominantemente masculino, a Mulher Paulista também não estava completamente ausente. Um soldado escreveu à imprensa local, afirmando que ele e sua esposa, disfarçada de homem, haviam aderido à luta na linha de frente. Um outro artigo no *Jornal das Trincheiras* referiu o caso de um soldado ferido que, ao receber tratamento, foi revelado mulher. E houve várias situações, o que não é surpreendente numa guerra civil em que a linha divisória entre soldados e civis às vezes fica embaçada, em que mulheres nas cidades perto do campo de batalha pegaram em armas para defender a si mesmas ou suas cidades. Comentaristas como Eurico de Góes estabeleceram paralelos explícitos entre as proezas dessas "verdadeiras Amazonas" e suas ancestrais espirituais, as mulheres bandeirantes.⁴⁸

As dificuldades de pintar a Mulher Paulista de forma quase "varonil" e manter ao mesmo tempo as noções tradicionais de "virilidade" e identidade masculinas começaram a ficar aparentes em um debate divulgado no *Diário Nacional*. Como ritual de humilhação, diversos comentaristas, seguindo a tradição bandeirante, insinuaram que homens que recusavam lutar por São Paulo não deveriam ser autorizados a vestir roupas masculinas em público. Um posto de alistamento chegou a pendurar um sutiã do lado de fora junto com uma faixa zombando: "Pro os que ficam." Em protesto a essa estratégia de colocar roupas de mulher em homens covardes, várias mulheres escreveram ao jornal dizendo que a tática "É uma ironia cruel!... São inúmeras as paulistas que disputam a glória de seguir para a linha de frente no primeiro batalhão de enfermeiras".

Uma mulher insistiu "para estimular os fracos indiferentes ou covardes não nos ridicularisarem, nós as mulheres", sugerindo que os recrutadores deveriam usar uma chupeta de bebê ou uma tigela de mingau para simbolizar a covardia. Em outras palavras, os homens "covardes" deveriam ser infantilizados e não feminizados.⁴⁹

Apesar ou talvez até por causa dos esforços de algumas mulheres para serem reconhecidas em pé de igualdade com os homens, quanto às suas contribuições e sacrifícios (inclusive pedidos para serem autorizadas a se juntar aos batalhões e ir para a frente de batalha), a mulher guerreira quase nunca foi o tema dominante das representações contemporâneas da Mulher Paulista. Em vez disso, ela continuava sendo retratada como esposa, mãe, irmã ou namorada. E suas contribuições para a revolução, apesar de serem louvadas a cada momento, continuavam sendo trabalhos bastante mundanos – comparados ao heroísmo e à morte no campo de batalha – e limitavam-se a costurar uniformes, cuidar dos feridos, ajudar às famílias dos voluntários ou angariar fundos para a guerra. Na fase final da guerra civil, esta última atividade recebeu especial atenção, quando mulheres das classes média e alta se tornaram simultaneamente alvo e emblema visual da "Campanha do Ouro".

A campanha da Associação Comercial de São Paulo, iniciada em agosto de 1932, não só para cobrir as despesas da guerra, mas também com a intenção de mobilizar a população para a revolução, pedia aos paulistas que contribuíssem com suas jóias de ouro – brincos, abotoaduras, colares, até mesmo alianças – "para o bem de São Paulo".⁵⁰ Embora o apelo fosse dirigido a *todos* os paulistas, era virtualmente inevitável, dada a natureza da campanha, que fosse identificado com pessoas de determinada camada social e posições de gênero. É óbvio que era muito maior a probabilidade de mulheres das classes média e alta terem grandes quantidades de jóias de ouro do que as de meios mais modestos ou então dos homens em geral. Assim, as muitas celebrações do sucesso da campanha deram testemunho principalmente da generosidade e abnegação da Mulher Paulista, descrita como mulher de classe média ou alta.⁵¹ As crônicas sobre a campanha também fornecem excelentes exemplos, mostrando como os papéis de gênero tendem a reforçar a condição inferior das mulheres no contexto da guerra, mesmo quando são celebradas por suas virtudes e sacrifícios.⁵²

Particularmente instrutivo é um relato dessa campanha, lido por muitos, de Menotti del Picchia, um dos principais escritores modernistas brasileiros, participante entusiasmado da Revolução de 1932 e defensor ativo do voto feminino. Como outros cronistas da Guerra de 1932, Menotti reconheceu generosamente os esforços da Mulher Paulista em muitas instâncias distintas e lhe atribuiu "milagres de zelo".⁵³ Todavia, é difícil ignorar seu tom condescendente na frase que introduz o tema da Campanha do Ouro. Ele informa seus leitores: "As mulheres perderam a mais feminina e resistente das suas vaidades: o amor pelas jóias."⁵⁴ O paralelo esboçado, seja conscientemente ou não, de homens dando suas vidas no campo de

batalha e mulheres entregando seus brinquedinhos dourados na retaguarda, só fortalece a natureza bem diferente dos sacrifícios feitos pela Mulher Paulista e as expectativas contrastantes feitas a homens e mulheres da elite em tempos de guerra.

Da mesma forma, enquanto inúmeras crônicas congratulam a Mulher Paulista pelo seu fervor e sua dedicação cívica, não há histórias de transformações de mulheres no calor da refrega, comparáveis às contadas dos homens da elite que deixaram para trás existências libertinas ou mostraram mais respeito aos brasileiros de camadas sociais menos privilegiadas após o tempo passado nas trincheiras. O exemplo mais parecido que encontrei nos relatos de Menotti foi o de uma dama da alta sociedade, que primeiro tinha decidido doar metade de sua ampla coleção de jóias à Campanha do Ouro, e depois de descobrir que sua empregada tinha se desfeito de uma corrente de ouro, seu bem mais precioso, resolveu doar *todas* as suas jóias.⁵⁵ Quiçá, um belo conto de cunho moral, mas que perde em brilho, se comparado aos relatos dramáticos das experiências e transformações sofridas por homens da sociedade no campo de batalha.

Conclusões

Considerando a duração relativamente curta da Campanha Constitucionalista, e considerando seu enfoque quase exclusivo na luta contra Vargas, poderíamos esperar que quaisquer aspirações políticas, além das diretamente relacionadas com a campanha, seriam minimizadas ou suprimidas. Não surpreende, portanto, que nem mulheres nem homens aproveitaram a ocasião para promover agressivamente os direitos da mulher à participação formal, seja na política, seja no poder. Poder-se-ia, no entanto, muito bem esperar que, em consequência da mobilização e celebração maciça da mulher paulista, fossem notadas *algumas* alterações palpáveis na posição das mulheres na política regional ou houvesse *algumas* tentativas de reivindicação de mais poder político com base nas contribuições das mulheres à rebelião de 1932 – pelo menos durante os cinco anos de atividade política relativamente aberta que precederam a ditadura plena de Vargas no Estado Novo (1937-1945). Contudo, somente encontrei meia dúzia de discursos e textos defendendo que a conduta admirável das mulheres na Campanha Constitucionalista legitimaria as aspirações a uma maior igualdade de direitos entre os gêneros (repetindo, isso apesar da recente promulgação de um decreto federal garantindo às mulheres o direito de voto em todo o Brasil, o que poderíamos esperar que gerasse um clima propício para reivindicações tão legítimas). Menotti del Picchia constitui uma exceção importante. No início de 1933, pronunciou um discurso diante da Associação Cívica Feminina de São Paulo, apoiando com entusiasmo o voto feminino e mais participação feminina na vida pública. Em entrevista antes da palestra, Menotti insistiu: que "Pareceu-me sempre um verdadeiro estelionato político o ter-se impedido a mulher de colaborar na vida pública."

De um lado, descrevia a mulher brasileira como novata na esfera política; do outro, assegurava aos seus leitores que ela estava preparada para esse terreno, conforme demonstrado pelos "incomparáveis atestados de cultura cívica que deu no último movimento em prol da Lei. A mulher ali sublimou-se. Foi mais que spartana". Terminou prevendo que "A alma da mulher, a inteligência da mulher, sobretudo o instinto da mulher" libertariam o Brasil de seus erros e modos antiquados.⁵⁶ Em síntese, mesmo os que clamavam por uma participação eleitoral mais ampla das mulheres repetiam um discurso sobre as virtudes políticas femininas que gerava suas próprias limitações e restrições.

Certamente, há indícios de que a guerra ajudou a desbravar alguns espaços novos na vida política e pública para as mulheres. Pelo menos uma mulher, Carlota Pereira de Queiróz, médica de uma família ilustre, que dirigiu o departamento de assistência aos feridos na capital, entrou para a esfera política formal após a guerra. Ela não apenas se tomou uma figura de destaque nos círculos políticos de São Paulo, como também foi eleita a primeira deputada federal do Brasil no ano seguinte.⁵⁷ Maria Tereza de Camargo constitui um caso semelhante. Ela participou da direção do Partido Constitucionalista em 1933 e foi nomeada prefeita de Limeira em 1934, uma posição deveras anormal para uma mulher. Apesar de serem exemplos isolados, constituem um contraste fascinante em face da total ausência de mulheres na política formal em épocas anteriores e em outras localidades.

De relevância mais duradoura e não apenas simbólica é o amplo envolvimento das mulheres nos serviços sociais criados ou ampliados durante a guerra. Conforme mencionado acima, durante os três meses de guerra civil, pelo menos uma dúzia de organizações ou instituições chefiadas por mulheres e com quadros femininos cuidou de uma série de serviços de apoio ao movimento (e em alguns casos esse envolvimento continuou no pós-guerra, pois as mulheres cuidavam das necessidades de famílias que tinham perdido o responsável pelo seu sustento ou levantavam fundos para apoiar líderes revolucionários forçados ao exílio). Esse "milagre incomparável" de serviços de ajuda organizados às pressas forneceu outra razão para exaltar as mulheres – na maioria anônimas – responsáveis por esses empreendimentos. Observadores masculinos tendiam a descrever esses esforços como uma extensão natural dos impulsos cristãos e caritativos das mulheres e associá-los às tradições filantrópicas das *damas* da alta sociedade, como é o caso dos membros da Liga das Senhoras Católicas. Essa reprodução convencional das contribuições femininas à guerra parece, todavia, inadequada à luz dos desenvolvimentos seguintes. Antes de mais nada, a guerra, apesar da sua curta duração, fez com que esses serviços se tornassem de fato parte do domínio oficial público — uma versão bastante sofisticada, mesmo que efêmera, do estado de bem-estar, no qual os esforços femininos não eram filantrópicos ou esporádicos, e sim parte de uma cruzada cívica sistemática. Ademais, foi nessa época que a própria concepção de caridade cristã começou a mudar entre as mulheres, com a ênfase passando de "a nobreza obriga" da senhora da alta sociedade para a assistência profissionalizada do assistente social da classe média. Dessa maneira, a mulher que chefiou o "Serviço de Assistência à Família do

Combatente” durante a revolução, Carolina Ribeiro, era uma educadora formada e professora do ensino público, que posteriormente seria candidata à deputada federal. E um dos projetos desenvolvidos por Carlota Pereira de Queiróz, após a revolução, foi a fundação da primeira escola de assistência social de São Paulo. Observadores masculinos podem ter relegado essas atividades ao campo da compaixão e caridade femininas, mas algumas das mulheres envolvidas nesses esforços os viam sob outra ótica.⁵⁸

Mesmo se destacássemos cada uma das mulheres que se tornaram figuras públicas importantes após a Revolução de 1932, os resultados pareceriam irrisórios em comparação ao rebuliço criado em torno da performance da Mulher Paulista. Lançando os olhos sobre 1954, por ocasião das comemorações dos 400 anos da fundação de São Paulo, constatamos que nas recordações da Revolução de 1932 ainda se reconhece o papel ativo e vital da Mulher Paulista nesse episódio formador, mas essa visibilidade política momentânea parece não ter sido mantida. Uma sondagem sucinta entre centenas de funcionários municipais e estaduais, tanto da capital como do interior, ou nas várias comissões culturais e educacionais de 1954, revela uma ausência quase que total de mulheres da vida pública de São Paulo após mais de duas décadas da Revolução de 1932.⁵⁹ Em outras palavras, a celebração da Mulher Paulista e sua dramática incursão na vida política e pública parecem não ter trazido benefícios correspondentes no tocante ao papel público e político das mulheres na região. Naturalmente, as explicações para essa situação não podem ser reduzidas às estratégias discursivas empregadas durante e após a Revolução de 1932, mas eu alegaria que estas com certeza ajudaram a neutralizar as implicações potencialmente subversivas da participação ativa das mulheres da Campanha Constitucionalista.

Especialmente digna de nota é a convergência dos discursos masculinos e femininos sobre a participação das mulheres na esfera pública – conceituada tanto como espaço público e terreno político. Participantes de ambos os gêneros descreveram o surgimento de mulheres na esfera pública como extraordinário, no sentido literal do termo – por conseguinte, algo fora do comum. Além disso, em quase todos os relatos, independentemente do gênero do autor ou orador, essa participação era traçada como motivada por fervor moral e cívico e não por motivos partidários ou ideológicos. Nessas circunstâncias, alguém como Sertório de Castro, um dos principais líderes e cronistas da Revolução de 1932, não podia exaltar o papel da Mulher Paulista no movimento sem rever sua opinião, proferida pouco antes da guerra – que o lugar das mulheres não era na tumultuada vida política.⁶⁰

Eu argumentaria que a natureza arquetípica da Mulher Paulista deixou as participantes femininas visíveis, mas anônimas, na luta. Além disso, teve como consequência que suas virtudes fossem transcendentais e não o produto de raciocínio racional e cálculos políticos – tanto no sentido positivo como no negativo. Um dos temas centrais nas discussões feministas sobre as mulheres, nomeadamente a diferença e os direitos políticos, girava em torno do argumento de que conceitos liberais

de igualdade não requerem uniformidade de identidade; mulheres podem ser ambos – “diferentes” (dos homens) e “iguais”. Mas tão importante quanto as diferenças entre os gêneros é a questão da heterogeneidade e homogeneidade dentro dos gêneros. De fato, poderíamos alegar, no caso em discussão, que a construção de uma identidade altamente uniforme e homogênea era diretamente incompatível com as noções liberais fundamentais do sujeito autônomo.⁶¹ Sem dúvida, a mulher *não* podia se pronunciar simultaneamente como A Mulher Paulista e como uma cidadã brasileira em pleno exercício de seus direitos.

Todavia, também temos de reconhecer os limites do poder e da capacidade homogeneizadores da Mulher Paulista para calar vozes desafiadoras e posições temáticas. Certas “diferenças” podiam ser absorvidas com facilidade pela sua imagem. Como já deve ter ficado claro pelo exposto, ela não era apenas uma construção genericada, mas também tinha características raciais e de classe específicas. É claro que mulheres de cor ou de poucos recursos igualmente podiam dizer que são A Mulher Paulista e se pronunciar em seu nome, contudo, isso implicava um roteiro específico que permitisse uma referência qualquer à discriminação racial ou a apuros econômicos. Essa imposição de silêncio às outras “mulheres paulistas” foi o tema de uma rara crítica contemporânea do papel das mulheres na Revolução de 1932, publicada pela pacifista Isabel Ferreira Bertolucci no jornal anarquista, *A Plebe*. Segundo Isabel Ferreira Bertolucci, nunca lhe fora dada a oportunidade de ser a voz da Mulher Paulista, apesar de ser uma paulista nata, cujo avô lutou na guerra do Paraguai (1864-70). Ela alega: “A mulher operária e as mães dos soldados anônimos, não podiam falar em nome da *Mulher Paulista*.” Em vez disso, a autora afirma que “ela” foi monopolizada por “damas burguesas frívolas”.⁶²

Finalmente, também gostaria de reproduzir várias conclusões tiradas por Victoria de Grazia sobre as mulheres no fascismo italiano. A mobilização em grande escala de mulheres tem freqüentemente conseqüências inesperadas e inimagináveis para os que iniciaram a mobilização, gerando oportunidades excepcionais para promover a luta dos direitos das mulheres. Por outro lado, Victoria de Grazia adverte que a entrada das mulheres na esfera pública não deveria automaticamente ser vista como “medida progressista” que independe dos objetivos de um determinado movimento político. Assim como o fascismo mobilizou mulheres e ficou satisfeito com a fusão de tradição e modernidade, “tentou evitar, da forma mais sistemática possível, que as italianas experimentassem essas ocasiões como momentos de emancipação individual e, muito menos ainda, coletiva”.⁶³ Com isso, não pretendo afirmar que o constitucionalismo paulista foi análogo ao fascismo italiano, mas que ele com certeza não foi um movimento de emancipação, visto o enfoque no estado de direito, na ordem e hierarquia e sua dependência de uma construção de cunho racial dos “outros” brasileiros. Semelhante ao fascismo italiano, glorificou a Mulher Paulista e a exaltou como única realmente moderna na sociedade brasileira, enquanto mantinha, e até reforçava, as concepções tradicionais do papel da mulher na esfera política. Dito de outra forma, foi um movimento que tentou restringir e não ampliar

a noção de quem podia exercer seus direitos políticos plenamente na sociedade brasileira.⁶⁴ Nessas circunstâncias, talvez um pequeno grupo de mulheres brancas, instruídas, da elite pôde penetrar em certos "bastiões" anteriormente exclusivos aos homens. Porém, era improvável que a Mulher Paulista comum, não obstante a fascinante experiência de mobilização política, iria ou poderia usá-la para trilhar o caminho da emancipação.

Abstract: Feminist historians have become used to the absence or omission of women as players in mainstream accounts of dramatic episodes or historical decisive moments in the life of nations. Several explanations are given for this absence: women may have been effectively excluded from participation, or their roles were hidden by the dominantly male voices, either consciously to minimize the importance of women, or because typical women's roles tend to be viewed as feminine and thus marginal to history. How should a feminist deal with such accounts? This is precisely the case and the dilemma studied in this paper. The episode analyzed is the participation of Paulista Woman in the 1932 Constitutionalist Revolution. The vast propaganda material and papers analyzed stress female presence in the rising, and this paper attempts to answer two questions: Why do men speak so much of women? Did participation have consequences for the lives of those women?

Keywords: feminism; female participation; 1932 Paulista Revolution.

(Recebido para publicação em setembro de 2004.)

Notas

¹ Por exemplo, a memória coletiva da resistência ao jugo italiano na ilha grega de Kalymnos realça o heroísmo masculino em um incidente em que homens lançaram dinamite contra soldados italianos; enquanto um incidente no qual mulheres atiraram pedras contra soldados é negligenciado, ou se for mencionado, é atribuído à iniciativa masculina. Cf. Sutton (1998) e Stewart (1999, p. 35).

² Sobre a generificação da identidade nacional e dos movimentos políticos, ver Yuval-Davis e Anthias (1989) e Williams (1996).

³ Sobre um estudo precursor de gênero e da Revolução Francesa, ver Landes (1988); sobre o fascismo italiano, ver De Grazia (1992).

- ⁴ Um breve, mas criterioso relato deste episódio encontra-se em Capelato (1981).
- ⁵ Ann Farnsworth-Alvear (1996) explora um caso semelhante, em que narrativas contemporâneas trataram todos os grevistas de uma fábrica têxtil em Medellín como mulheres.
- ⁶ Um exemplo dessa hipótese sobre a Revolução de 1932 poderá ser encontrado em Schpun (1997).
- ⁷ "Exaltação da Mulher Paulista" – discurso proferido na rádio por João Neves de Fontoura, um político do Rio Grande do Sul que veio a São Paulo para apoiar a revolução. Citado em Del Picchia (1932, p. 129). Esta citação é especialmente interessante, pois implica que mulheres da elite sempre foram ativas na política brasileira, o que era diferente desta vez era sua capacidade/disposição de atuar em público.
- ⁸ Sinopses do papel das mulheres no movimento, ver Rodrigues (1933) e Bittencourt (1954, p. 309-311).
- ⁹ Citação de José Murilo de Carvalho (1990, p. 92-93): "Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação [da República], que dizer do povo feminino?" Em seguida, o autor alega que as únicas mulheres públicas no Brasil eram prostitutas: "A mulher, se pública, era prostituta."
- ¹⁰ Cf. Duarte (1931, p. 284-285).
- ¹¹ Uma crítica histórica do *discurso getulista* em 1932, ver Paula (1999).
- ¹² Neste arsenal de metáforas da família, as crianças tiveram papel análogo ao das mulheres. Por isso, há muitas representações visuais de um jovem vestido como voluntário com o *slogan*, "Se necessário também iremos". *ÁLBUM de Família : 1932*. São Paulo: Martins Fontes, 1954.
- ¹³ Palavra inventada que combina *descent* (descendência) e *dissent* (divergência). [N.T].
- ¹⁴ Quanto às bandeiras e à identidade regional, ver Ferreira (2002). Quanto às mulheres e às Bandeiras, ver Bittencourt (1954, p. 37-80) e Góes (1932).
- ¹⁵ Uma retrospectiva histórica de 1954 sobre a moda paulista confirmou esta imagem. E elogiando o bom gosto das paulistas, concluiu: "A marca fundamental da sua personalidade é a discrição. Não cai em exageros tão comuns nas regiões tropicais..." *QUATRO séculos de modas no planalto. Diário de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 1954. Seção 5, p. 4-7.
- ¹⁶ Cf. Del Picchia (1932, p. 17).
- ¹⁷ Apud Nogueira Filho (1965, p. 422-426).
- ¹⁸ Cf. Rodrigues (1933, p. 58).
- ¹⁹ Sobre as mulheres na força de trabalho, Besse (1996, p. 129-163).
- ²⁰ Cf. *DIÁRIO DE SÃO PAULO* (1954, p. 4).
- ²¹ Ao usar a expressão "a esfera pública", não pretendo inferir que haja uma distinção acentuada entre a assim chamada esfera "privada" do lar e da família e a esfera pública da política e do comércio, tampouco que uma esfera seja "tradicional" e a outra "moderna". Há uma breve discussão crítica desta questão em Grazia (1992, p. 14). No entanto, estou ciente de que as mulheres envolvidas no movimento faziam essas distinções e viam sua participação como um abandono do papel "normal" das mulheres.
- ²² "Eu Sou a Mulher Paulista", pronunciamento na rádio de Dulce Amara, reimprimido na *Folha da Noite*, em 14 jul. 1932
- ²³ Rodrigues (1933, p. 14).
- ²⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, Arquivo da Revolução Constitucionalista de 1932, Recortes de Jornais 29.

- ²⁵ Carvalho (1990, cap. 4) mostra que a imagem de Marianne não era rejeitada por todos no Brasil. Cf. Coelho (1999, v. 2, p. 983-993).
- ²⁶ Sobre a presença crescente das mulheres na vida pública e a ansiedade que tal gerou, ver Besse (1996, p. 12-37).
- ²⁷ Rodrigues (1933).
- ²⁸ Sobre a modernização (conservadora) da desigualdade de gênero no Brasil, ver Besse (1996), Rago (1985). Segundo Deniz Kandiyoti (1991, p. 38), "Por um lado, os movimentos nacionalistas convidam as mulheres a participar mais na vida coletiva, chamando-as de atores 'nacionais': mães, educadoras, trabalhadoras e mesmo lutadoras; do outro, reafirmam os limites dos seus interesses de gênero nos termos de referência definidos pelo discurso nacionalista."
- ²⁹ Cf. Castro (1931). O título singular deste livro é um excelente exemplo, mostrando como entidades podem ser feminizadas de modo que até aumentam a exclusão das mulheres.
- ³⁰ Citação não encontrada até a data da publicação e, por isso, retraduzida para o português. [N.T.].
- ³¹ Quanto ao período inicial, ver Bederman (1995) e McClintock (1995).
- ³² Sobre a "racialização" das identidades regionais, ver Weinsten (2003, p. 237-262). Um exemplo de como os paulistas apoiavam os direitos políticos das mulheres nesta época (mas claramente concebidos como direitos de mulheres brancas das classes média e alta), ver Del Picchia (1933).
- ³³ Dias (1995).
- ³⁴ É útil fazer uma distinção entre espaços públicos, enquanto locais físicos (a rua, a praça etc.), e o espaço público simbólico da vida política, a *res publica*. Mulheres subalternas estavam havia muito presentes no primeiro e invisíveis no último. A campanha de 1932 não apenas permitiu que mulheres da classe média e da elite entrassem no espaço público físico, mas também no espaço da vida política; ver Benhabib (1992, p. 73-98).
- ³⁵ Nogueira Filho (1965, p. 169, 199).
- ³⁶ Sobre o significado duradouro desta experiência para as mulheres da elite, ver Schpun (1997, p. 173-175). Referindo-se a 1932 como uma "Revolução para as mulheres", Schpun argumenta que "Em estado de guerra, elas têm alibis mais eficientes para o exercício da cidadania" (p. 174). Concordo com esta tese até certo ponto, mas esta perspectiva confere demais representatividade (implicitamente feminista) às mulheres (em comparação aos homens envolvidos), negligenciando como a "representação" das mulheres implicou limitar suas pretensões à cidadania.
- ³⁷ A Cigarra (1932, p. 1).
- ³⁸ Cf. ÁLBUM de Família 1932 (1954).
- ³⁹ Descrições desse tipo também podem ser encontradas na imprensa. Um artigo sobre A Mulher Paulista, publicado por um grande jornal, descreve os diversos trabalhos manuais sendo realizados por "mãos delicadas", mas dessa forma, acaba frisando a noção de que este trabalho não era uma atividade habitual para ela. A GAZETA (1932, p. 3).
- ⁴⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Coleção Rev. de 32, Pasta 342a, Doc. 322.
- ⁴¹ SOLDADO que era mulher (1932, p. 4), O DIÁRIO Nacional (1932, p. 4).
- ⁴² Rodrigues (1933, p. 19).

⁴³ Esse tema – que mães podem preferir a morte de uma criança à desonra – surgiu em um contexto muito diferente alguns meses antes da eclosão da guerra civil. Susan Besse cita o caso de uma paulista de classe média julgada em maio de 1932 por ter matado seu filho favorito com um tiro, porque seu comportamento desonrou a família. Besse observa que a reação desta mulher foi considerada extrema, mas que apesar disso refletiu a grande ênfase dada ao dever da mãe de assegurar o caráter honroso dos seus filhos. Essa opção pela morte em vez da desonra também constitui um excelente exemplo de como um comportamento estigmatizado como fora dos padrões, ou mesmo criminoso, em um determinado momento, pode ser reformulado para tornar-se “normativo” em um contexto bem diferente (BESSE, 1996, p. 89-92).

⁴⁴ Por exemplo, um artigo de jornal alegou que, quando as tropas de Vargas entraram em São Paulo em 1930 sem luta, alguns analistas “nos condenassem, como coletividade esterilizada na riqueza e na prosperidade”. (POVO Másculo, 1932, p. 2).

⁴⁵ DIÁRIO de S. Paulo (1954, Caderno de História, p. 12).

⁴⁶ Nogueira Filho (1965, p. 168-169).

⁴⁷ Em sua coluna semanal, “Cartas de Mulher,” Vina Centi (1932, p. 3) dirigiu seu artigo “Ao Voluntário Intelectual Paulista”. No parágrafo final, ela conclui: “Conheci-te quando eras rico, gozando plenamente os prazeres superficiais do mudanismo corrupto e árido... Eras elegantemente inútil e indiferente. Contudo, agora que aderiste à luta tomaste-te esplendidamente forte, esplendidamente masculino, esplendidamente brasileiro.” Cf. És o verdadeiro herdeiro do espírito bandeirante (1932, p. 2).

⁴⁸ Góes (1932).

⁴⁹ INSTITUTO de Estudos Brasileiros, Coleção Mário de Andrade, Guerra de S. Paulo, caixa 1, p. 302.

⁵⁰ “Dei Ouro Pelo Bem de S. Paulo” era o lema estampado nos anéis de metal oferecidos aos que tinham doado sua aliança. Muitos/as paulistas continuaram a usar estes anéis com orgulho muito após o fim do conflito, embora muitos poderiam facilmente ter comprado uma nova aliança de ouro. (BORGES, 1997).

⁵¹ ÁLBUM de Família: 1932 (1954) contém pôsteres da campanha. Um mostra uma mão feminina manicurada depositando um anel de ouro sobre uma pilha de jóias, outro retrata mulheres seminuas (e muito brancas) como as “Damas generosas”.

⁵² OURO da Victória (1932, p. 13). A capa desta edição exibiu uma mulher praticamente nua, salvo pela bandeira de São Paulo que a envolvia, erguendo os braços cobertos de colares de ouro etc. para um “sol” que era a radiante bandeira brasileira.

⁵³ Del Ficchia (1932, p. 139).

⁵⁴ Del Ficchia (1932, p. 164.)

⁵⁵ Ibid, p. 165-66. Para que ninguém tirasse conclusões subversivas sobre classes sociais dessa história, Menotti garantiu aos seus leitores que a empregada não se preocupou em dar a corrente de ouro, pois tinha um bom patrão e nada lhe faltava.

⁵⁶ Sobre o voto feminino (1933).

⁵⁷ Schpun (1997).

⁵⁸ A melhor fonte de informação sobre os papéis das mulheres nos serviços sociais é Rodrigues (1933).

⁵⁹ Quanto deve São Paulo à mulher paulista (1954, p. 4). Nos relatos retrospectivos, há uma tendência crescente em designar as participantes de “mães paulistas”. A Câmara dedica sessão à comemoração do 9 de julho (1962).

⁶⁰ CASTRO (1931). Apesar de ter sido publicado após 1932, o conteúdo do livro não deixa dúvida de que havia sido escrito antes da Campanha Constitucionalista. Ainda assim, o autor não se sentiu compelido a alterar seus argumentos antes da publicação.

⁶¹ Ver, por exemplo, SCOTT (1988).

⁶² ECO da Revolução: voz da mulher paulista (1932, p. 2) (ênfase no original). A representação das "damas burguesas" como frívolas é uma estratégia discursiva clássica dos anarquistas, fundindo críticas referentes à classe com estereótipos de gênero.

⁶³ GRAZIA (1992, p. 14-15).

⁶⁴ Da mesma forma, a liderança constitucionalista elogiava a bravura da Legião Negra, o batalhão de soldados negros que lutou por São Paulo, enquanto construía uma identidade branca e europeia para São Paulo. Sobre o branco na identidade paulista, ver WEINSTEIN (2003).

Referências

A CÂMARA dedica sessão à comemoração do 9 de julho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1962.

A CIGARRA. São Paulo, n. 424, p. 1, jul. 1932.

A MULHER paulista. *A Gazeta*, São Paulo, p. 3, 07 out. 1932.

ÁLBUM de família 1932. São Paulo: Ed. Martins, 1954.

AMARA, Dulce. *Eu sou a mulher paulista*. *Folha da Noite*, São Paulo, 14 jul. 1932, p. 2. Reprodução de pronunciamento na rádio.

BEDERMAN, Gail. *Manliness and civilization: a cultural history of gender and race in the United States: 1880-1917*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1995.

BENHABIB, Seyla. *Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 73-98.

BESSE, Susan K. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil: 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

BITTENCOURT, Adalzira. *A mulher paulista na História*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1954.

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*. São Paulo: EDUSP, 1997.

BRACKEYE, F. Williams (Ed.). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Sertório de. *Política, és mulher!* São Paulo: Paulo de Azevedo & Cia., 1931.

CENTI, Vina. *Ao voluntário intelectual paulista*. *A Gazeta*, São Paulo, 04 set. 1932. Coluna Cartas de Mulher, p. 3.

- COELHO, Geraldo Mártires. *Uma aparição tardia: a presença de Marianne no Pará*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 10., 1999, São Paulo. **Anais..** São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999. v. 2.
- DEL PICCHIA, Menotti. *A Revolução Paulista*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1932.
- _____. *Sobre o voto feminino*. *Folha da Noite*, São Paulo, 28jan. 1933. Recorte de artigo disponível no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Arquivo Aureliano Leite, pacote 13.
- DIÁRIO de São Paulo, São Paulo, 25 jan. 1954. Caderno de História, p. 12. Edição comemorativa do quarto centenário.
- _____. São Paulo, 25jan. 1954. Modernismo, p. 14. Edição comemorativa do quarto centenário.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Power and everyday life: the lives of working women in 19th century Brazil*. New Brunswick: Rutgers U. Press, 1995.
- DUARA, Prasenjit. Historicizing national identity or who imagines what and when. In: ELEY, Geoff; SUNY, Ronald Grigor (Ed.). *Becoming national*. Oxford: Oxford U. Press, 1996. p. 151-174.
- DUARTE, Paulo. *Que é que há?: pequena história de uma grande pirataria*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1931.
- ECO da Revolução: voz da mulher paulista. *A Flebe*, São Paulo, p. 2, 3 dez.1932.
- ÉS o verdadeiro herdeiro do espírito bandeirante. *Jornal das Trincheiras*, São Paulo, p. 2, 22 set. 1932.
- FARNSWORTH-ALVEAR, Ann. The mysterious case of the missing men. *ILWCH*, New York, v. 49, p. 73-92, 1996.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica: 1870-1940*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.
- GÓES, Eurico de. *Heroínas paulistas*. Coleção Revolução de 32, Museu Paulista, pasta 3, doc. 2948. Pronunciamento na rádio, 18 ago.1932.
- GRAZIA, Victoria de. *How fascism ruled women: Italy, 1922-1945*. California: Univ. of California Press, 1992.
- INSTITUTO Histórico e Geográfico de São Paulo, Arquivo da Revolução Constitucionalista de 1932, recortes de jornais 29.
- INSTITUTO de Estudos Brasileiros, Coleção Mário de Andrade, Guerra de S. Paulo, caixa 1, p. 302.
- KANDIYOTI, Deniz. Identity and its discontents: women and the nation. *Millennium: journal of international studies*, Londres, v. 20, p. 380, 1991.
- LANDES, Joan B. *Women and the public sphere in the age of the French Revolution*. New York: Cornell U. Press, 1988.
- MCCLINTOCK, Anne. *Imperial leather*. New York: Routledge, 1995.
- MODERNISMO. *Diário de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 25jan.1954. Edição comemorativa.

- NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A Guerra Cívica 1932* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- O DIÁRIO NACIONAL. São Paulo, p. 4, 18 set. 1932.
- OURO da Victória. *A Cigarra*, [S.l.], n. 426, p. 13, ago. 1932.
- PAULA, Jeziel de. *1932 imagens construindo a História*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
- POVO másculo. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 2, 01 ago. 1932.
- QUANTO deve São Paulo à mulher paulista. *Diário de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 25 jan. 1954. Edição comemorativa do IV centenário da cidade de S. Paulo.
- QUATRO Séculos de Modas no Planalto. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 1954. Seção 5, p. 4.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, J. *A mulher paulista no movimento pró-constituente*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933.
- SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira de Queiroz: uma Mulher na política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, p. 33, 1997.
- SOBRE o voto feminino. *Folha da Noite*, São Paulo, 28 jan. 1933. Recorte de jornal do arquivo IHGSP.
- SOLDADO que era mulher. *Jornal das Trincheiras*, São Paulo, p. 4, 8 set. 1932.
- STEWART, Charles. The unexploded past. *The times literary supplement*, New York, 5 mar. 1999. p. 35.
- SUTTON, David E. *Memories cast in stone: the relevance of the past in everyday life*. Oxford: Berg, 1998.
- SCOTT, Joan W. The Sears case. In: _____. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia U. Press, 1988. p. 167-177.
- YUVAL-DAVIS, Nira; ANTHIAS, Floya (Ed.). *Woman-Nation-State*. Londres: Macmillan, 1989.
- WEINSTEIN, Barbara. Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932. In: APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne; ROSEMBLATT, Karin (Ed.). *Race and nation in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
- WILLIAMS, Brackette F. (Ed.). *Women out of place: the gender of agency and the race of nationality*. New York: Routledge, 1996.